

Marilena Chaui e a revolução ativa do pensar

Silvana de Souza Ramos

Nascida na cidade paulista de Pindorama em 1941, Marilena Chaui completa setenta anos em 2011, tendo dedicado grande parte de sua vida ao trabalho, à aventura e à experiência do pensamento. É sem dúvida uma das maiores intelectuais do país, seja devido à riqueza e à importância de sua obra, seja por sua participação ativa na cultura e na política do país. Incansável, ela encantou gerações com o fervor de suas palavras, por um lado, aliadas ao cuidado do exercício docente e, por outro, alinhadas à preocupação de dirigir-se a um público mais amplo, ávido por desbravar o difícil caminho da reflexão. Poucos pensadores conseguiram juntar de maneira

tão equilibrada o rigor da produção acadêmica ao exercício da cidadania e da intervenção no espaço público de debate para além dos muros inibidores da universidade. Por isso, conhecer um pouco de sua história significa desvendar a trajetória de uma pensadora capaz de instituir em solo brasileiro uma nova maneira de encarar e de realizar o trabalho intelectual.

Inquieta e curiosa desde a infância – ainda menina, depois de passar os olhos atentos sobre um livro de sua mãe, já se perguntava sobre o sentido das palavras *Sócrates* e *maieutica* –, Marilena Chaui se formou em Filosofia pela Universidade de São Paulo em 1965, época em que poucas mulheres tinham a oportunidade de levar adiante sua ambição por conhecimento. Dois anos depois, na mesma universidade, obteve o título de Mestra em Filosofia, após defender uma dissertação sobre a crítica de Merleau-Ponty ao humanismo, orientada por Bento Prado Júnior. Naquele momento, o Brasil vivia sob a rigidez da ditadura militar, a qual se fazia sentir também no interior da academia. Afinal, instalou-se no país um ambiente de censura e de coerção ao pensamento, o que nas universidades converteu-se na ameaça constante aos estudantes e na cassação e exílio de inúmeros professores. Em meio a esse clima de terror, e correndo o risco de desaparecer, o Departamento de Filosofia da USP contratou rapidamente alguns de seus melhores alunos no intuito de garantir sua

continuidade e conseqüente sobrevivência. Assim, logo após concluir o mestrado, Marilena Chauí se tornou professora daquela instituição, onde trabalha até hoje.

A rápida contratação não representou, contudo, um descuido no que diz respeito à formação da jovem acadêmica. Pelo contrário, para aprimorar seus estudos e dar início a uma nova pesquisa que lhe renderia o título de Doutora, ela foi logo enviada à França, como, aliás, era costume na época. Entretanto, a viagem não significou apenas um intenso mergulho no estilo francês de condução do pensamento, sob a implacável direção de Victor Goldschmidt, exímio defensor da leitura estrutural de textos filosóficos. Recém chegada à França, Marilena Chauí pôde presenciar a força dos acontecimentos de maio de 1968, quando a juventude e os trabalhadores tomaram as ruas de Paris e, mediante o lema “É proibido proibir”, defenderam, entre tantas bandeiras, a liberdade sexual, a paz e o fim da opressão. Pouco tempo depois, em 1971, já de volta a São Paulo, e ainda sob o impacto dos protestos vividos na França, tornou-se Doutora em Filosofia, após defender, dirigida por Gilda de Mello e Souza, uma tese sobre a filosofia de Espinosa e sua compreensão da política e da liberdade frente aos desafios impostos pelo perigo da superstição.

Evidentemente, o contraste entre a opressão política vivida no Brasil e a liberdade exigida nas ruas

pelos protestos juvenis ocorridos na capital francesa – e simultaneamente alastrados mundo afora, inclusive em nosso país – haveria de marcar definitivamente a sensibilidade de nossa filósofa, conduzindo-a a desbravar novos caminhos para a vida intelectual. Em 2003, mais uma vez em terras francesas, quando recebeu o prêmio de *Doctor Honoris Causa* na Universidade de Paris VIII, Marilena Chaui rememorou seu período de formação, sugerindo pistas capazes de revelar o sentido profundo de sua busca:

Para uma jovem brasileira, que deixara um país esmagado pela ditadura e no qual a esquerda apenas clandestinamente cochichava, pouco antes de ser dizimada pelo terror de Estado, a experiência de maio de 1968 permaneceria indelével, um marco no pensamento, na imaginação e na memória. Pertencço, pois, à geração de que fez seu aprendizado político nos acontecimentos da Primavera de 1968, isto é, quando uma brecha se abriu e parecia possível a reinvenção do político¹.

A brecha que se abria – visível para toda uma geração – desafiava o pensamento a enraizar-se no solo da realidade para confrontar-se com os valores estabelecidos de modo a criar o mundo *por vir*, o qual, embora invisível, incitava os rebeldes à criação. Mundo em que a opressão não teria mais lugar, ou, pelo menos, onde deveria ser constantemente combatida, pois o pensamento tornar-se-ia capaz de reconhecer-se em sua potência de transformação.

Potência que não mais se confundiria com o exercício vazio da erudição ou com o que mais tarde se consagraria como mera exigência quantitativa de produtividade intelectual. Pelo contrário, em meio a calorosos debates, jovens pensadores descobriam o caráter essencialmente prático do pensamento. Sendo assim, o que surgia nos anos 1960 não era apenas um novo gênero de reflexão, destacado da experiência concreta ou indiferente às exigências de seu tempo; decerto, o que estava em jogo era uma compreensão revolucionária da própria cultura.

Evidentemente, a geração que viveu intensamente a efervescência de maio de 1968 buscava desatar os nós paralisantes de antigas práticas para abrir espaço a uma nova maneira de ser no mundo e de experimentar a realidade. Conseqüentemente, o pensamento não poderia mais se desligar da tarefa de reinventar o exercício da vida política. Aos olhos de Marilena Chaui, isso significava desvendar o papel transformador do trabalho livre, o qual deveria servir de guia para o exercício da reflexão. Essa descoberta, aliás, seria capaz de aproximar o trabalhador do intelectual e do artista, na medida em que cada um deles pudesse trazer à tona, através de seu esforço criativo, uma nova teia de valores e direitos. Em outras palavras, o que surgia então era a possibilidade de um enfoque democrático das produções simbólicas no interior da vida comum. Foi com esse espírito de descoberta que Marilena participou, no início dos

anos 1980, da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais tarde, entre 1989 e 1992, assumiu o cargo de secretária da cultura da cidade de São Paulo a convite da prefeita Luiza Erundina.

Não por acaso, a ideia de liberdade, entrelaçada à compreensão da cultura e da construção da democracia, ocupa o centro dos escritos de Marilena Chaui. Na obra de Espinosa, ela pode colher um arcabouço teórico destinado a criticar as formas de dominação que se alimentam do recurso à transcendência, para finalmente fincar na terra o sentido da ação humana. Em Merleau-Ponty, ela descobre o corpo humano como potência simbólica enraizada na experiência concreta. Da tradição marxista reivindica o diagnóstico de que a marca da sociedade capitalista é a divisão, isto é, a luta de classes, e que, portanto, não há como pensar a produção cultural fora do campo dos conflitos sociais. O último aspecto é extremamente importante, já que torna claro o lugar ocupado pelo trabalho livre: ele não é *coisa* a ser vendida, tampouco se destina apenas a produzir riqueza – isto é, mercadorias destinadas ao consumo – uma vez que pode traduzir as aspirações dos diversos extratos sociais de modo a dar visibilidade ao teor de suas lutas.

É, pois, no terreno conflituoso de uma sociedade democrática que o trabalho livre pode garantir o esclarecimento dos dilemas vividos, a expressão de diferentes demandas, tanto individuais

quanto coletivas, e a conquista de novos valores e direitos. Conseqüentemente, o trabalhador pode se apropriar de sua força produtiva e reivindicar direitos a partir dela; o artista, por sua vez, se mostra capaz de traduzir em imagens e idéias os sentimentos e desejos de sua época, além de fornecer elementos para demandas futuras; por fim, o intelectual assume a tarefa de organizar na forma de conceitos os dilemas e conflitos dispersos no tecido do real. Deste modo, cada um deles poderá corroborar na produção e sustentação da dinâmica democrática.

Compreendendo a cultura como o movimento humano de criação de sentido (e deixando de confundi-la com uma série de “serviços” ou um simples “entretenimento”), Marilena Chauí defende que as obras de cultura constituem um direito do cidadão, não só porque todos devem ter acesso aos bens culturais, mas também porque deveriam desfrutar do poder de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural vigente em seu país. Em outras palavras, uma sociedade democrática exige, por um lado, o livre fruir do pensamento, da imaginação, dos sentidos e dos movimentos corporais. Por outro lado, é preciso dizer ainda que o resultado desse trabalho deveria ser exposto para que outros pudessem através dele *re-significar* sua própria experiência, ampliando inclusive o sentido da obra em questão.

Não é difícil vislumbrar o alcance de tais formulações quando as colocamos em confronto com o diagnóstico de Sérgio Buarque de Holanda, apresentado de maneira contundente em *Raízes do Brasil*, quando o autor descreve o lugar ocupado pela vida intelectual em solo tupiniquim.

O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode constituir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros. Não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo – a verdade é que, embora presumindo o contrário, dedicamos, de modo geral, pouca estima às especulações intelectuais – mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder ao papel que, mesmo sem o saber, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e ação².

A principal mudança de postura que se faz notar é a impossibilidade, no caso do trabalho livre, de sustentar uma divisão estanque entre pensamento, sensibilidade e ação. Na defesa dessa perspectiva, Marilena Chaui instiga muitos debates acerca da atividade criadora e das condições em que ela pode se realizar, o que implica pôr em questão uma série de valores, os quais ainda perduram em nosso país, marcado por desigualdades sociais desde sua formação escravocrata. Ora, quando analisamos os

problemas referidos à democracia, percebemos que este tipo de vínculo social só pode ter lugar num ambiente em que as divisões sociais não são mascaradas (ou simplesmente negligenciadas), mas no interior do qual, ao contrário, há garantia de que as lutas possam angariar a produção de novos valores e direitos. Quer dizer, uma sociedade democrática não é apenas aquela em que todos os cidadãos podem escolher seus governantes, já que pressupõe um modo peculiar de produção simbólica sustentada pelo trabalho livre em suas diversas dimensões.

É por isso que Marilena Chaui, embora sendo capaz de manter ao longo dos anos uma vasta produção acadêmica (o que inclui a direção de um número enorme de trabalhos de graduação e de pós-graduação, a publicação de dezenas de livros e artigos acadêmicos no Brasil e no exterior, além da participação ativa em congressos), jamais se resignou a somente habitar o interior dos muros da universidade. Como representante da geração de maio de 1968, ela fez questão de sair às ruas e de ocupar o espaço público de debate, convidando seus ouvintes à reflexão e ao exercício do livre pensamento. A paixão e o rigor com que construiu sua carreira acadêmica não a impediram de manter-se atenta aos problemas nacionais: a busca de Marilena Chaui se fez vida e pensamento. Por isso, talvez sua maior obra não seja a *Nervura do real* (a qual lhe rendeu, entre tantos outros, o *Prêmio Jabuti* de melhor obra de

humanidades), com suas mais de novecentas páginas, mas sua incalculável contribuição para a cultura brasileira na medida em que nunca deixou de atender, dentro e fora da academia, ao convite à filosofia, isto é, ao desafio de responder às questões esboçadas no tecido do real, exigindo a instituição de novas práticas.

Algumas das obras da autora:

CHAUI, M. S. *Experiência de pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CHAUI, M. S. *Introdução à história da filosofia 1 - Dos pré-socráticos a Aristóteles*. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUI, M. S. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

CHAUI, M. S. *Nervura do Real. Imanência e Liberdade Em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAUI, M. S. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Editora Moderna, 1995.

CHAUI, M. S. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

CHAUI, M. S. *Cultura e democracia (edição ampliada)*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

CHAUI, M. S. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUI, M. S. *Repressão sexual, essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

[1](#) Chauí, Marilena. “A filosofia como vocação para a liberdade” in *Estudos Avançados* 49 (17), 2003, p. 07.

2 Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 83.